



RELATÓRIO DA REUNIÃO

Promovendo os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho na Cadeia Produtiva do Café

(Foco em Segurança e Saúde no Trabalho – SST)

2 – 7th November 2025

Três Pontas e Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil



Organização
Internacional
do Trabalho

**VISION
ZERO
FUND**

RELATÓRIO DA REUNIÃO

Promovendo os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho na Cadeia Produtiva do Café

(Foco em Segurança e Saúde no Trabalho – SST)

2 – 7th November 2025

Três Pontas e Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil

Conteúdo

1. Contextualização	5
2. Objetivo do Encontro	6
3. As Conversas	7
4. Resultados (Protótipos Desenvolvidos)	17
5. Cinco Principais Conclusões	20
6. Saiba Mais	21
Anexo 1: Agenda	22
Anexo 2: Lista de Participantes	24
Anexo 3: Fotos por delegação	26



1. Contextualização

O café é cultivado em mais de cinquenta países em desenvolvimento na América Latina, África e Ásia, constituindo uma fonte essencial de renda para cerca de 20 a 25 milhões de famílias em todo o mundo. As mulheres representam aproximadamente 70% da força de trabalho envolvida na produção de café. Pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) evidenciam desafios persistentes de trabalho decente na cadeia de valor do café, incluindo elevados índices de informalidade decorrentes da sazonalidade da demanda por mão de obra, práticas de recrutamento exploratórias, respeito insuficiente aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (PDFT)—incluindo segurança e saúde no trabalho (SST)—além de limitações na coordenação entre instituições públicas, baixa rastreabilidade e necessidade de fortalecer as organizações de governo, empregadores e trabalhadores, bem como o diálogo nacional e setorial.

Desde 2018, o [Vision Zero Fund \(VZF\) da Organização Internacional do Trabalho \(OIT\)](#) vem promovendo melhorias em segurança e saúde no trabalho (SST) na cadeia de valor do café por meio de intervenções baseadas em evidências na África, América Latina e Ásia, fortalecendo a capacidade dos constituintes da OIT e de outras partes interessadas para enfrentar os desafios de SST. Em muitos países, o Fundo tem colaborado com outras iniciativas da OIT na mesma cadeia produtiva, incluindo o [CLEAR Supply Chains, em Uganda](#) (trabalho infantil); o Advancing Decent Work in Ethiopian Coffee and Horticulture Value Chains, na Etiópia (diversos déficits de trabalho decente, incluindo SST); o [Nossa Voz](#) (trabalho forçado); e o [Projeto de Prevenção e Enfrentamento ao Trabalho Escravo e Infantil em Minas Gerais](#) (trabalho infantil e trabalho forçado).



2. Objetivo do Encontro

O encontro “Promovendo os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho na Cadeia Produtiva do Café (Foco em SST)” proporcionou uma oportunidade valiosa para que os constituintes da OIT do Brasil, Colômbia, Etiópia, Peru, Tanzânia e Uganda se reunissem, compartilhassem suas experiências e aprendessem uns com os outros. Os participantes apresentaram estratégias para fortalecer o respeito aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (PDFT)—em especial a segurança e saúde no trabalho (SST), a eliminação do trabalho infantil e a erradicação do trabalho forçado—ao mesmo tempo em que refletiram sobre desafios comuns, barreiras sistêmicas e oportunidades para ações coordenadas. Por meio de aprendizagem entre pares, diálogo,

compartilhamento de lições aprendidas e apresentação de intervenções bem-sucedidas, o encontro contribuiu para fortalecer as capacidades de diálogo social tripartite e de ação coletiva entre as regiões participantes. Ao final do encontro, cada delegação nacional havia desenvolvido um protótipo — baseado em boas práticas compartilhadas durante o workshop — para testar soluções voltadas a enfrentar déficits-chave relacionados aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (PDFT), especialmente em segurança e saúde no trabalho (SST), em suas respectivas cadeias de valor do café, com apoio técnico mútuo e da OIT.

PAÍSES ENVOLVIDOS



Brazil



Colombia



Ethiopia



Peru



Tanzania



Uganda



3. As Conversas

3.1 PALAVRAS DE ABERTURA

Uma representante da Direção-Geral de Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da Comissão Europeia (DG EMPL) abriu o workshop apresentando a motivação da União Europeia para apoiar o Vision Zero Fund (VZF), incluindo o cofinanciamento deste evento. O engajamento da UE com o Fundo teve início em 2019, quando a UE passou a cofinanciar um projeto que ajudou a preencher importantes lacunas de pesquisa sobre segurança e saúde no trabalho (SST) no setor cafeeiro no [México, na Colômbia e em Honduras](#), além de apoiar o desenvolvimento de modelos de intervenção direcionados para enfrentar os déficits identificados. **O projeto demonstrou que a melhoria da SST pode impulsionar mudanças sistêmicas mais amplas, fortalecer o diálogo social e aprimorar o desempenho geral do setor.** Com base nesses resultados, a colaboração contínua entre o Fundo e a UE agora se concentra em transferir as metodologias e ferramentas desenvolvidas para atores globais e para outros países produtores de café, incluindo o Brasil e Uganda.

Destacou-se a relevância desse trabalho para apoiar a conformidade com acordos comerciais da União Europeia e com novas legislações, como o Regulamento sobre Trabalho Forçado (Forced Labour Regulation) e a Diretiva de Diligência Devida em Sustentabilidade Corporativa (Corporate Sustainability Due Diligence Directive). A DG EMPL incentivou os participantes a aproveitar o encontro como uma oportunidade para **explorar práticas que fortaleçam o diálogo social e a negociação coletiva, promovam a participação dos trabalhadores, abordem vulnerabilidades específicas de trabalhadores migrantes, assegurem salários justos e a não discriminação, compartilhem boas práticas de outros setores e reforcem mecanismos de monitoramento e conformidade.**

3.2 ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO EM CADEIAS DE SUPRIMENTOS (COM FOCO EM SST)

Ao longo da sessão, os participantes refletiram sobre **o valor de utilizar as cadeias de suprimentos como porta de entrada para enfrentar déficits no respeito aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho.** A Cooperação Sul-Sul foi destacada como uma estratégia particularmente eficaz, com intercâmbios entre pares e apoio mútuo na formulação de políticas — já bem-sucedidos em setores como o algodão — demonstrando forte potencial de replicação na cadeia do café. O Brasil reafirmou seu compromisso em apoiar outros países na adaptação dessas abordagens colaborativas, destacando seu elevado potencial para promover melhorias significativas.

Os participantes também reconheceram que os avanços em SST — e no respeito aos PDFT de forma mais ampla — enfrentam obstáculos importantes. Altos níveis de informalidade, frequentemente associados a condições de trabalho inseguras, foram identificados como desafio comum em todos os países. Outras preocupações amplamente compartilhadas incluíram igualdade de gênero, baixo nível de escolaridade, abordagens pouco orientadas pela demanda, flutuações nos preços do café, altos custos de produção e baixos salários. Embora a maioria dos países tenha relatado possuir legislação que abrange os cinco PDFT e, em muitos casos, políticas robustas para apoiar sua implementação, a conformidade e a fiscalização continuam sendo frágeis.

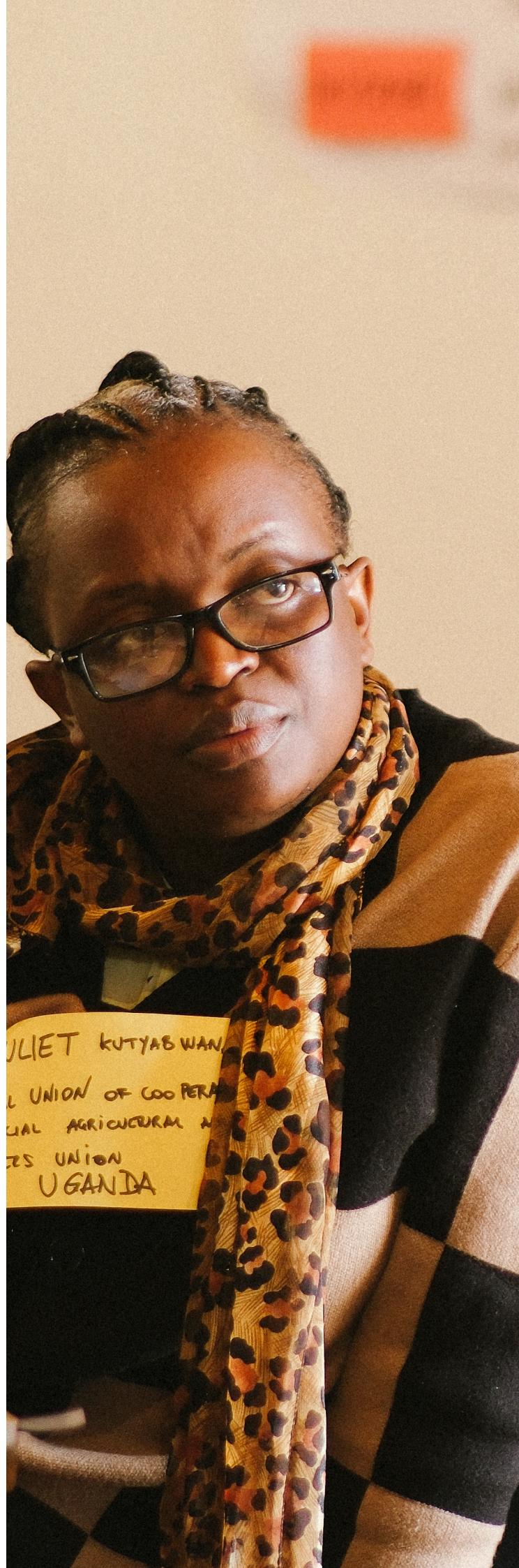


Para enfrentar esses desafios, vários elementos foram identificados como essenciais:

- Uma **compreensão profunda da cadeia de suprimentos** (vínculos entre os diversos níveis), das principais partes interessadas e das funções de apoio, apoiada por metodologias da OIT para avaliar os fatores impulsionadores e as restrições para a melhoria da SST.
- **Conscientização** para ajudar as partes interessadas a compreender as regulamentações, as lacunas de conformidade e os benefícios de abordá-las—reconhecendo a SST como um investimento e não como um custo.
- **SST como ponto de entrada.** Em muitos países, persiste resistência quando se trata de discutir outras questões relacionadas aos PPTD. A SST foi identificada como um ponto de entrada eficaz para abrir o diálogo sobre liberdade de associação e para fortalecer os processos de negociação coletiva.
- **Abordagens personalizadas** para diferentes tipos de produtores, com "requisitos legais mínimos" se mostrando eficazes para a Federação Nacional de Cafeicultores da Colômbia no apoio aos pequenos produtores.
- **Diálogo tripartite forte e ação coletiva** para construir confiança, promover entendimento compartilhado e alinhar diversos interesses em torno de objetivos comuns.

66
Um modelo cooperativo abrangente é o melhor caminho para alcançar uma adesão eficiente, eficaz e sustentável aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho na cadeia de suprimentos do café.”

Juliet Kutyabwana, Secretária-Geral, Sindicato Nacional de Trabalhadores Cooperativos, Comerciais, Agrícolas e Afins (NUCCAW), Uganda.



3.3 VISÃO GERAL DO SETOR CAFFEEIRO BRASILEIRO

Realizado no Brasil, o encontro proporcionou aos participantes uma visão em primeira mão do setor cafeeiro do país, seus principais desafios e as estratégias que o governo—trabalhando em estreita colaboração com os parceiros sociais—está implementando para promover o trabalho decente ao longo da cadeia de suprimentos.

O maior desafio identificado para a promoção do trabalho decente no setor cafeeiro é o **grande número de trabalhadores em emprego informal ou não registrado**, que afeta desproporcionalmente os trabalhadores migrantes, a maioria dos quais são migrantes internos, chegando às áreas de cultivo de café vindos dos estados do norte.

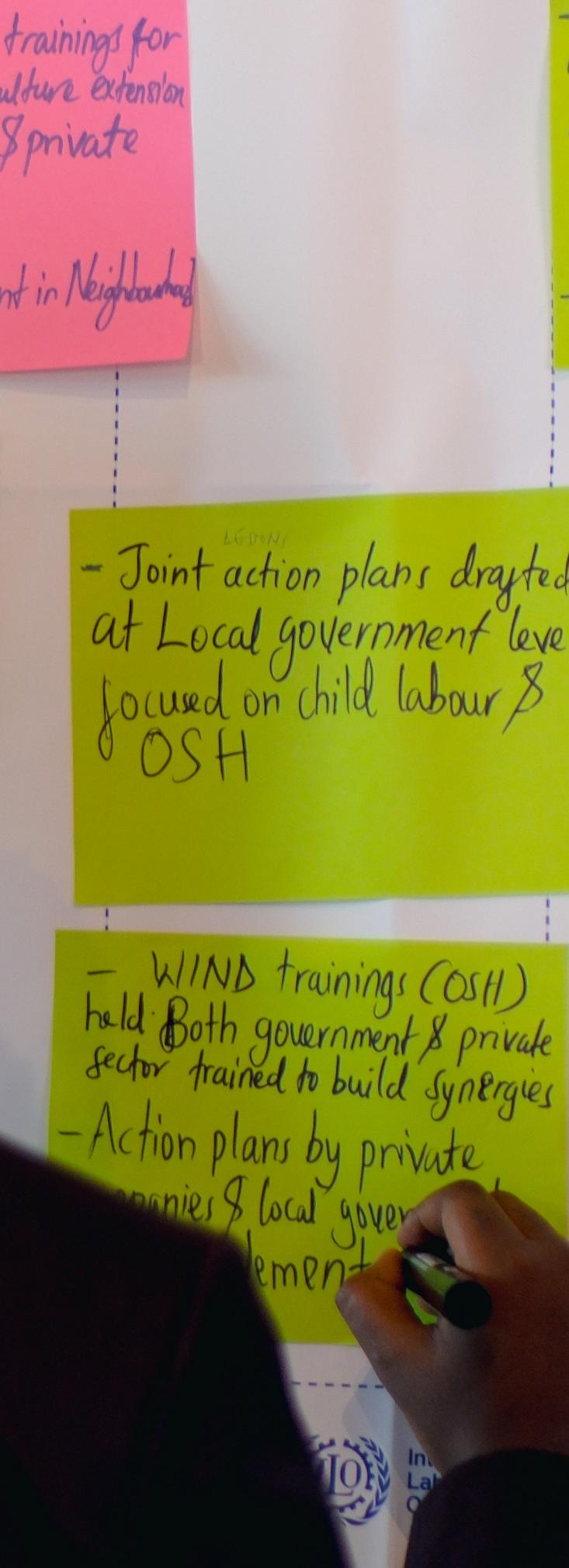
Sob a definição legal brasileira de trabalho escravo (Artigo 149 do Código Penal), certas violações de SST — quando ocorrem em conjunto em um contexto específico — podem constituir um crime. Por exemplo, acomodações inadequadas ou falta de acesso à água potável e saneamento nas instalações da fazenda são consideradas "condições degradantes", que é um dos elementos que pode caracterizar o trabalho escravo no Brasil. Embora o trabalho forçado tenha diminuído ao longo do tempo, vulnerabilidades significativas persistem. Para enfrentar esses desafios, a Inspeção do Trabalho (IT) do Brasil aplica uma estratégia dupla: priorizando inspeções durante a safra e concentrando-se em prevenção e capacitação durante a entressafra, o que permite uma cobertura mais ampla dos locais de trabalho.

Como parte de seus esforços de prevenção, o governo implementa o Programa Trabalho Sustentável ([Programa Trabalho Sustentável](#)) para fomentar o diálogo social setorial, realizar campanhas de conscientização e desenvolver soluções tecnológicas. Em colaboração com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (CONTAR) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a IT também oferece capacitação sobre requisitos legais e boas práticas.

Somente em 2023, mais de 1.700 empregadores se cadastraram na plataforma do programa. Eventos em pequenos municípios—frequentemente conduzidos por auditores-fiscais do trabalho—ajudam os produtores a compreender como garantir processos de colheita em conformidade. As cooperativas de café apoiam ainda mais esses esforços ao disseminar informações e promover a conformidade entre milhares de agricultores. O incentivo à formalização dos trabalhadores pelos empregadores é facilitado por sistemas online simplificados e pelo risco de perda de acesso a programas sociais caso os trabalhadores não sejam registrados durante a colheita. Embora **as inspeções do trabalho tenham reconhecido algumas melhorias, elas continuam a descobrir violações graves**. Medidas preventivas isoladas, sem inspeções, dificilmente alcançarão melhorias significativas.

A negociação coletiva desempenha um papel crucial no setor cafeeiro. A CONTAR apoia os sindicatos locais nas negociações, seja no nível das cooperativas ou diretamente com fazendas de café individuais. Os acordos firmados no nível das cooperativas se aplicam a todos os membros, frequentemente estabelecendo salários e **criando condições equitativas para agricultores e trabalhadores dentro de um município** — de modo que os trabalhadores que se deslocam entre fazendas recebam salários e condições de trabalho consistentes. No entanto, a liberdade de associação e a negociação coletiva nas regiões produtoras de café continuam enfrentando desafios significativos, pois os sindicatos frequentemente têm dificuldades para conquistar apoio e expandir sua base de filiados.





3.4 MAPEAMENTO DOS DESAFIOS NACIONAIS

Trabalhando em grupos por país, os delegados tripartites identificaram os principais desafios legislativos, de políticas públicas e institucionais que seus países enfrentam na promoção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho. Um resumo dos desafios comuns identificados está apresentado abaixo.

Nos países participantes, surgiram vários desafios comuns. As principais causas-raiz incluíram **altos níveis de informalidade, lacunas na legislação específica do setor—particularmente sobre SST e trabalho infantil—, práticas de recrutamento injustas, capacidade limitada de fiscalização e baixa conscientização sobre os PDFTs.**

Muitos países destacaram **dificuldades em assegurar a liberdade de associação e a negociação coletiva efetiva**, frequentemente devido à fraca presença sindical, políticas desatualizadas ou relutância dos empregadores. Os desafios relacionados à não-discriminação também foram generalizados, incluindo disparidades salariais de gênero, discriminação contra migrantes e vulnerabilidades sociais persistentes. **Os déficits em SST** foram uma preocupação compartilhada, com cobertura legal inadequada dos trabalhadores informais, implementação parcial ou fraca das diretrizes existentes e condições perigosas contínuas—including exposição a pesticidas—in múltiplos contextos.

Restrições de recursos e capacidade institucional limitada, particularmente **a escassez de auditores-fiscais do trabalho ou pessoal qualificado em SST**, dificultaram ainda mais o progresso em quase todos os países.

Os participantes enfatizaram consistentemente a **necessidade de ratificar as convenções fundamentais** (em particular a [Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito de Sindicalização, 1948](#) (nº 87), a [Convenção sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores, 1981](#) (nº 155), e a [Convenção sobre o Quadro Promocional para a Segurança e Saúde no Trabalho, 2006](#) (nº 187)). Eles também ressaltaram a importância de uma coordenação institucional mais forte, **melhor compartilhamento de dados**, sistemas de inspeção aprimorados e diálogo social sustentado para abordar esses déficits interconectados.

3.5 EXPERIÊNCIAS NACIONAIS E BOAS PRÁTICAS

Os participantes tiveram a oportunidade de explorar boas práticas selecionadas e lições aprendidas de várias iniciativas da OIT. Uma visão geral é apresentada abaixo.

Nossa Voz (Brazil)¹

Nossa Voz é um mecanismo de reclamações centrado no trabalhador, projetado para prevenir violações de direitos trabalhistas no Brasil rural. Alinhado com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, opera principalmente por meio de uma linha de atendimento onde os trabalhadores relatam riscos ou preocupações relacionadas às condições de trabalho nas cadeias de suprimentos, especialmente no setor cafeeiro. A CONTAR recebe e analisa todas as denúncias, fornecendo orientação direta aos trabalhadores e produtores e/ou coordenando com o Ministério do Trabalho quando necessário, particularmente em casos potenciais de trabalho forçado. O mecanismo está vinculado a sistemas institucionais para garantir que esteja formalmente integrado. Uma vantagem-chave do Nossa Voz é seu forte foco no diálogo social. Quando a CONTAR identifica irregularidades a partir de reclamações de trabalhadores, o sindicato trabalha com os produtores ou empresas participantes para desenvolver um plano de ação para abordar as questões relatadas. Essa abordagem fortalece a detecção precoce de violações de SST e direitos humanos, aumenta a conscientização no setor privado e apoia práticas mais eficazes de Devida Diligência em Direitos Humanos.

Nossa Voz helps identify critical issues and supports both corrective and preventive measures. Nearly 50 coffee farms now participate in the initiative. An unexpected positive outcome has been the strengthened trust between employers and workers, enabling CONTAR to facilitate new collective bargaining agreements. The initiative shows strong potential for replication in other agricultural supply chains and is currently being scaled to the forestry sector. A key challenge, however, is ensuring long-term sustainability, which requires sufficient resources, deeper private-sector engagement, continued outreach, and sustained commitment from stakeholders.



¹ Mais informações disponíveis em: [aqui](#).

Algodón con trabajo digno (Tanzânia)²

Este projeto visa **melhorar as condições de trabalho no setor algodoeiro, abordando o trabalho infantil, fortalecendo a SST e ampliando a proteção social**. Ele aplica uma abordagem de Cooperação Sul-Sul, permitindo que os países aprendam com as experiências uns dos outros, incluindo o aproveitamento das boas práticas do Brasil no setor algodoeiro para informar iniciativas agrícolas em outros lugares. Esse intercâmbio tem apoiado a identificação de estratégias eficazes para enfrentar o trabalho infantil, incluindo a promoção da SST entre pequenos agricultores e a expansão da cobertura de proteção social.

Um foco central do projeto é o fortalecimento dos sistemas de inspeção do trabalho para aumentar a conformidade com a legislação tanzaniana e os padrões internacionais. As principais conquistas incluem a adoção da segunda estratégia nacional de combate ao trabalho infantil, o aumento da conscientização baseada em evidências sobre SST e segurança social entre pequenos agricultores, e o desenvolvimento de um plano de ação preliminar para uma ferramenta digital de monitoramento do trabalho infantil.

CLEAR Supply Chains (Uganda)³

Em Uganda, o projeto CLEAR Supply Chains aborda **as causas-raiz do trabalho infantil na cadeia de suprimentos do café por meio de uma abordagem integrada e territorial**. O projeto prioriza a geração de evidências, incluindo avaliações da cadeia de valor, pesquisas sobre os fatores impulsionadores e as causas-raiz do trabalho infantil, e pesquisas sobre os papéis das cooperativas, ao mesmo tempo em que promove soluções integradas e fortalece parcerias estratégicas. Embora seu foco principal seja o trabalho infantil, o projeto também realiza atividades complementares sobre SST, como capacitação de agricultores, bem como sobre liberdade de associação, negociação coletiva e empoderamento feminino. Além disso, tem trabalhado para aumentar o engajamento do setor privado e a coordenação multisetorial.

No entanto, a coordenação permanece um desafio persistente, pois muitos atores continuam a trabalhar estritamente dentro de seus próprios mandatos.

É necessária maior colaboração, incluindo o envolvimento mais forte dos extensionistas rurais, que desempenham um papel vital na prevenção e identificação do trabalho infantil no nível comunitário.



² Mais informações disponíveis em: [aqui](#).

³ Mais informações disponíveis em: [aqui](#).

⁴ Mais informações disponíveis em: [aqui](#).

Vision Zero Fund (Colombia)⁴

No início do projeto, foi realizada uma avaliação dos fatores impulsionadores e das restrições para a melhoria da SST, fornecendo a base para todas as atividades subsequentes. Ao longo dos últimos seis anos, o projeto avançou da conscientização **sobre SST para o desenvolvimento de capacidades e, agora, para o apoio à replicação e ao monitoramento de melhorias no nível dos locais de trabalho.**

Em sua fase inicial, o projeto desenvolveu uma ampla gama de ferramentas de conscientização adaptadas a agricultores com baixa alfabetização, usando radionovelas e vídeos curtos para comunicar mensagens-chave sobre SST. Em seguida, passou a oferecer treinamentos práticos que permitiram aos agricultores implementar melhorias de baixo custo em seus locais de trabalho. Os formatos de treinamento foram adaptados às preferências e realidades dos grupos-alvo, com sessões baseadas em WhatsApp—entregues como "cápsulas" diárias curtas e focadas de informações sobre SST—se mostrando particularmente eficazes.

Quando relevante, o projeto também realizou avaliações de grupos específicos de trabalhadores —como trabalhadores temporários—para entender melhor suas realidades e elaborar intervenções direcionadas.

Desde então, o projeto fortaleceu sua abordagem de formação de formadores para equipar as partes interessadas locais com as ferramentas e o conhecimento necessários para dar continuidade ao trabalho, e está avançando nos esforços para integrar questões de SST nos planos de trabalho das estruturas de diálogo social existentes.

As principais lições aprendidas incluem a importância de compreender os contextos culturais e as realidades vividas pelas comunidades rurais—particularmente as dos trabalhadores mais vulneráveis—, bem como a necessidade de incorporar estratégias de diálogo social para garantir a sustentabilidade de longo prazo das intervenções.



⁴ Mais informações disponíveis em: [aqui](#).



3.6 PROTEGENDO OS TRABALHADORES CONTRA RISCOS BIOLÓGICOS: CONVENÇÃO 192 E RECOMENDAÇÃO 209

Em junho de 2025, a Conferência Internacional do Trabalho adotou a [Convenção sobre Riscos Biológicos no Ambiente de Trabalho, 2025 \(nº 192\)](#) e sua [Recomendação sobre prevenção e proteção contra riscos biológicos no ambiente de trabalho \(nº 209\)](#). Juntos, esses novos instrumentos fornecem uma estrutura poderosa para fortalecer a segurança e saúde no trabalho. Eles estabelecem um piso mínimo de proteção, permitindo que os países estabeleçam padrões mais elevados em sua legislação nacional, se assim o desejarem. A Convenção se aplica a todos os trabalhadores em todos os ramos da atividade econômica. Ela define "riscos biológicos" como quaisquer microrganismos, células ou culturas de células, endoparasitas ou entidades microbiológicas não celulares, incluindo aqueles que foram geneticamente modificados, e seus alérgenos e toxinas associados, bem como alérgenos, toxinas e irritantes de origem vegetal ou animal, quando a exposição está relacionada ao trabalho e representa um risco à saúde humana. Os danos resultantes dessa exposição incluem tanto doenças quanto lesões. A Recomendação detalha e complementa ainda mais essa definição.

Uma vez ratificada, a Convenção exige que os governos alinhem suas leis e políticas com suas disposições. Ela exige a integração da proteção contra a exposição relacionada ao trabalho a riscos biológicos na política nacional de SST, fundamentada em uma avaliação de riscos biológicos. Os governos também devem adotar arranjos e diretrizes sobre medidas preventivas e de proteção para controlar riscos e perigos biológicos no ambiente de trabalho.

Tanto a Convenção quanto a Recomendação delineiam os respectivos deveres e responsabilidades dos empregadores e trabalhadores para garantir a segurança e saúde no trabalho, contribuindo assim para a gestão eficaz da SST em relação aos riscos biológicos no ambiente de trabalho.

Os países participantes foram incentivados a promover a ratificação não apenas desta Convenção, mas também das Convenções fundamentais de SST (C155 e C187), e a garantir sua implementação efetiva.

3.7 SESSÃO SOBRE "DIÁLOGO SOCIAL E AÇÃO COLETIVA"

Os participantes participaram de uma sessão de brainstorming sobre os elementos-chave de um diálogo social eficaz para avançar a ação coletiva em SST e resultados mais amplos de PPTD na cadeia de suprimentos do café. A partir de experiências positivas e desafiadoras, a discussão destacou os principais aprendizados resumidos abaixo.

Um diálogo social eficaz requer **negociação de boa-fé, responsabilidade compartilhada, foco no bem comum e forte apoio político para possibilitar discussões técnicas construtivas**.

Embora o processo possa ser lento e exigente, seu sucesso depende, em última análise, da capacidade e do compromisso genuíno de todas as partes interessadas.

Os participantes concordaram que os processos de diálogo social são mais eficazes quando as partes:

- Concentram-se em enfrentar conjuntamente desafios concretos
- Apresentam posições justificadas e claramente articuladas
- Compartilham informações relevantes para apoiar negociações baseadas em evidências
- Envolvem-se em diálogo estruturado e respeitoso com escuta ativa
- Honram e implementam os acordos que alcançam.

En Brasil, los tres componentes firmaron el Pacto Nacional del Café (2023) para fortalecer las relaciones laborales y las condiciones de trabajo en el cultivo del café, al tiempo que se abordaban prácticas como la esclavitud moderna y el trabajo informal.

No Brasil, os constituintes tripartites assinaram o Pacto Nacional do Café (2023) para fortalecer as relações trabalhistas e as condições de trabalho no cultivo de café, enquanto enfrentam práticas como escravidão moderna e trabalho informal. O Pacto do Café serve como uma estrutura "guarda-chuva", possibilitando melhor priorização e coordenação das ações dos constituintes nessas áreas. Esta iniciativa desde então se expandiu para um pacto agrícola mais amplo, inspirando outros subsetores (como cacau e açaí) a estabelecer acordos similares. O desafio atual reside em garantir a implementação efetiva no nível regional, para o qual plataformas regionais estão sendo estabelecidas.

Na Colômbia, a OIT tem apoiado iniciativas de diálogo regional para avançar questões de SST e outros temas de trabalho decente no setor cafeeiro. Na região de Huila, por exemplo, o governo estabeleceu o **Comitê Regional da Cadeia do Café de Huila**, uma plataforma multisectorial que inclui governo, organizações de empregadores e trabalhadores, exportadores, produtores e outros atores-chave da cadeia de suprimentos, com apoio técnico da OIT. Ativo desde 2023, o Comitê tem negociado e implementado conjuntamente **Planos de Ação** plurianuais, proporcionando um espaço para as partes interessadas regionais do café discutirem, priorizarem e desenvolverem soluções comuns para uma ampla gama de desafios – desde produtividade e padrões de exportação até SST e promoção mais ampla dos PPTD.

Mais recentemente, em Risaralda, a OIT tem trabalhado com o Comitê Regional de SST para desenvolver uma estratégia e um plano de ação para fortalecer as capacidades de SST das partes interessadas locais no setor cafeeiro. O apoio incluiu compartilhamento de conhecimento, transferência de metodologias da OIT (como WIND) e assistência técnica para projetos-piloto voltados para a melhoria da SST nas fazendas de café.

Os participantes observaram que acordos tripartites não excluem acordos bipartites entre empregadores e trabalhadores; ambos podem coexistir e se reforçar mutuamente.

A importância de **monitorar e avaliar** regularmente os resultados dos processos de diálogo social—seja por meio de um Pacto, um comitê ou outros mecanismos—também foi enfatizada, pois isso permite o acompanhamento do progresso, fortalece a responsabilização e informa os ajustes necessários.

“Durante o encontro, confirmei que o tripartismo e o diálogo social são os caminhos mais eficazes para melhorar a SST na cadeia de suprimentos do café. Governos, empregadores e trabalhadores podem ter diferenças, mas as discussões mostraram que o progresso só é possível quando caminhamos juntos em direção a um propósito comum, quando avançamos na mesma direção.”

Dr. Rodrigo Hugueney de Amaral Melo, Coordenador de Assuntos Trabalhistas, Comissão Nacional do Café (CNA)



4.Resultados (Protótipos Desenvolvidos)

Ao final do encontro, cada país havia identificado um desafio concreto a ser abordado por meio de uma abordagem tripartite, juntamente com atividades específicas informadas pelas experiências e lições compartilhadas durante as discussões.

Brazil

Os constituintes concordaram em abordar o desafio de alinhar melhor a força de trabalho com a demanda de produção. As seguintes atividades foram identificadas: mapeamento das rotas de migração; avaliação da necessidade de ajustes nas regulamentações e no Sistema Nacional de Emprego (conhecido como "SINE"); estabelecimento de uma rede de engajamento entre municípios de origem e destino, incluindo capacitação; e fornecimento de treinamento sobre legislação trabalhista tanto para trabalhadores quanto para produtores.

Colombia

O desafio identificado foi a necessidade de estabelecer um mecanismo para promover o emprego formal que reflete as realidades do setor rural. As atividades planejadas para enfrentar este desafio incluem o engajamento em diálogo tripartite para desenvolver um "contrato de colheita rural" dentro da estrutura legal; elaboração de uma estratégia para promover os princípios e direitos fundamentais no trabalho da OIT, com ênfase particular em SST e prevenção de riscos no local de trabalho; e implementação de uma campanha de conscientização para promover condições de trabalho decente, com foco em SST por meio de workshops de capacitação e divulgação de recursos educacionais. Os constituintes também enfatizaram a importância de avançar na ratificação das Convenções de SST da OIT C155 e C187.

“

Nosso compromisso (após o encontro) é elaborar - com o apoio da OIT - um plano para a implementação de contratos de emprego rural, conforme determinado pela nova reforma trabalhista, que integre o respeito aos direitos trabalhistas fundamentais e proporcione trabalho decente para a população rural, tudo isso em colaboração com os diversos atores da cadeia, no âmbito de um diálogo tripartite responsável que promova o fechamento das lacunas na formalização das cadeias produtivas rurais, como o café e outras.”

Yomar Andrés Benítez Álvarez, Diretor de Direitos Fundamentais, Ministério do Trabalho da Colômbia.

Ethiopia

Os constituintes identificaram a conscientização e a capacidade limitadas em SST como o principal desafio. Para abordar isso, concordaram em realizar uma avaliação conjunta do conhecimento e das práticas de SST das partes interessadas, com os resultados orientando a seleção de tópicos prioritários de capacitação. Atividades adicionais incluem a adaptação de manuais e ferramentas de SST existentes, o estabelecimento de comitês de segurança no nível dos locais de trabalho e a realização de atividades de aprendizagem, monitoramento e avaliação.

Para implementar essas atividades, a Etiópia poderia se beneficiar da experiência e do apoio da Colômbia.

Tanzania

O desafio identificado foi a necessidade de promover a SST e abordar o trabalho infantil entre pequenos e médios agricultores. As atividades planejadas incluem conscientização direcionada para as principais partes interessadas, incluindo unidades governamentais e agricultores/produtores, apoio à revisão de regulamentações, instrumentos e ferramentas de SST (como ferramentas de inspeção), e destaque de práticas eficazes para garantir a conformidade com padrões mínimos de SST.

Para implementar essas atividades, a Tanzânia poderia se beneficiar da experiência e do apoio da Colômbia.

Uganda

O desafio acordado foi a baixa participação das principais partes interessadas na promoção da SST dentro da cadeia de suprimentos do café. Para abordar isso, os constituintes planejam desenvolver um pacto nacional do café por meio do diálogo social; realizar campanhas de conscientização sobre SST; oferecer workshops de capacitação em SST; e realizar inspeções conjuntas direcionadas.

Na implementação dessas atividades, Uganda poderia se beneficiar da experiência e do apoio do Brasil e da Colômbia.



Perú

Um representante dos empregadores da AGAP (Asociación de Gremios Productores Agrarios del Perú) participou do encontro para compartilhar boas práticas do setor agrícola do Peru voltadas para a promoção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, incluindo o desenvolvimento de guias de risco ocupacional específicos do setor e um manual de boas práticas. O representante também buscou aprender com iniciativas de outros países que pudessem ser adaptadas ao setor cafeeiro do Peru.



5.Cinco principais conclusões

As cinco principais conclusões a seguir resumem as lições e reflexões mais importantes das discussões, fornecendo uma base compartilhada para o progresso contínuo e a ação coordenada.

Compreenda a cadeia de suprimentos do café em seu país.

Identifique os principais atores, as lacunas de trabalho decente e os pontos de entrada para a ação. O mapeamento das interligações entre os PPTD e os fatores impulsionadores e restrições à conformidade ajuda a revelar como o progresso em uma área pode gerar melhorias mais amplas e sistêmicas.

Priorize melhorias em SST.

A segurança e saúde no trabalho são fundamentais e frequentemente servem como catalisador para um progresso mais amplo do trabalho decente ao longo da cadeia de suprimentos. Usar a SST como ponto de partida para estabelecer ação multisectorial tem se mostrado eficaz para reunir atores, construir confiança e criar impulso para enfrentar desafios mais amplos da cadeia de suprimentos.

Promova o diálogo social e a ação coletiva.

Construir consenso, confiança e soluções coordenadas requer colaboração. Nenhum ator sozinho pode abordar os complexos desafios de SST e PPTD na cadeia de suprimentos do café; somente esforços organizados e colaborativos podem entregar resultados eficazes e sustentáveis.

Promova a negociação coletiva.

A negociação coletiva fortalece as relações trabalhistas ao promover justiça e estabilidade. A negociação setorial ou territorial ajuda a criar condições equitativas para os produtores, ao mesmo tempo em que empodera todos os trabalhadores ao longo da cadeia de suprimentos.

Sustente a Cooperação Sul-Sul na cadeia de suprimentos do café.

Os países têm muito a aprender uns com os outros, e alavancar a natureza global da cadeia de suprimentos do café pode acelerar o intercâmbio de soluções práticas, fortalecer a resiliência e aumentar os benefícios para todas as partes interessadas. Todos os países participantes enfatizaram o valor de compartilhar conhecimento tanto dentro quanto entre regiões. Uma cadeia de suprimentos de café sustentável e resiliente depende da proteção da saúde e segurança de todos os trabalhadores em todos os níveis e em todos os países.

6.Saiba mais

- [Projeto Cadeias de Suprimentos Agrícolas do Fundo Vision Zero da OIT](#)
- [Kit de Ferramentas do Café do Fundo Vision Zero](#)
- [Kit inicial de SST em cadeias de valor globais: Avaliação de fatores impulsionadores e restrições para a melhoria da SST em cadeias de valor globais e desenho de intervenções](#)
- [Campanha #CoffeePeople](#)

ANEXO 1: Agenda

2 – 7 November 2025

Três Pontas & Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil

Sunday, 2 November – Evening

Welcome Dinner

- 18:30 – 20:30 Opening of the event, sharing of key logistical information, and opportunity for informal networking.
- Speakers: ITCILO and ILO Representatives

Monday, 3 November – Promotion & Respect of FPRWs (focus on OSH)

Opening and Introductions

- 09:00 – 09:30 Presentation of the objectives of the workshop and expected outcomes.
- Speakers: ITCILO and ILO Representatives

Panel Discussion – Strategies for Promoting FPRWs in Supply Chains (focus on OSH)

- 09:30 – 10:45 Exchange on global approaches to FPRWs and the role of OSH as an entry point.
- Panellists: ILO AP/SC, ABC Representative, ICO Representative, Employers' and Workers' Representatives, ILO OSH Specialist

10:45 – 11:15 **Coffee Break**

Brazilian Coffee Sector Overview

- 11:15 – 11:45 Presentation on the national context, labour market institutions, and key challenges.
- Speakers: Representative from the Brazilian Labour Inspectorate

Country Challenge Mapping

- 11:45 – 13:15 Tripartite country teams identify and document key challenges related to FPRWs in the coffee supply chain (focus on OSH).
- Moderated by: ITCILO

13:15 – 14:15 **Lunch Break**

Country Experiences and Good Practices

- 14:15 – 15:15 Presentation of selected good practices and lessons learned from country delegations.
- Speakers: Country Delegation Representatives

Presentation on C192

- 15:15 – 15:45 Overview of the new ILO Convention on Biological Hazards and its implications for OSH.
- ILO Representative

Summary of Key Points

- 15:45 – 16:15 Synthesis of the main findings from Day 1.

Tuesday, 4 November – Social Dialogue & Prototype Development

Panel Discussion – Social Dialogue and Collective Action

09:00 – 10:30 Discussion on key elements and enabling conditions for effective tripartite dialogue in the coffee sector.

- Panellists: ILO Representatives, Country Delegates from Brazil and Colombia

10:30 – 11:00 Coffee Break

11:00 – 13:00 Prototype Development – Phase 1

Country teams define their priority issues and identify potential solutions.

13:00 – 14:00 Lunch Break

14:00 – 16:00 Prototype Development – Phase 2

Country teams consolidate their proposals and prepare for peer feedback.

Wednesday, 5 November – Field Visits

Field Visit to Coffee Farms and Processing Centres

08:30 – 12:30 Learning about OSH practices and labour conditions along the coffee supply chain.

- Hosts: Local Producers and cooperatives

14:00 – 15:30 Stakeholder Group Discussions

Separate meetings of Government, Employers, and Workers' groups to discuss opportunities for strengthening FPRWs.

15:30 – 16:30 Country Group Discussions

Country teams integrate field visit insights into their prototypes.

16:30 – 17:00 Plenary Sharing

Brief reporting on adjustments to prototypes.

Thursday, 6 November – Finalization and Presentation of Prototypes

09:00 – 10:30 Finalization of Prototypes

Country teams finalize their workplans, defining objectives, activities, and resources.

10:30 – 13:00 Country Presentations

Presentation of workplans, followed by peer and expert feedback.

- Discussants: ILO Technical Specialists, Employers and Workers' Representatives

13:00 – 14:00 Conclusions and Commitments

Formalization of country commitments for piloting actions.

14:00 Departure to Belo Horizonte

Brief reporting on adjustments to prototypes.

Friday, 7 November – SIC Conference and Closing

09:30 – 11:00 Participation in SIC Conference

Engagement with thematic sessions and networking opportunities.

11:00 - 12:30 Public Screening and Panel Discussion

Screening of *From Beans to Brew* followed by a panel with ILO, Vision Zero Fund and Nossa Voz participants.

ANEXO 2: Lista de Participantes

	Country	Name	Organization	Position
1	Brazil	Alexandre Scarpelli Ferreira	Department of Occupational Safety and Health, Labour Inspection Secretariat	Director
2	Brazil	Fabrício Andrade	National Confederation of Industry (CNI)	Chairperson of the National Coffee Commission
3	Brazil	Tiago Orletti	National Coffee Commission (CNA)	Vice-President
4	Brazil	Dr. Rodrigo Hugueney de Amaral Melo	National Coffee Commission (CNA)	Labour Affairs Coordinator
5	Brazil	Laíssa Pollyana Carmo	National Confederation of Rural Salaried Workers (CONTAR)	Projects Coordinator
6	Colombia	Yomar Andrés Benítez Álvarez	Ministry of Labour	Director of Fundamental Labour Rights
7	Colombia	Ana María Salazar Bernal	National Federation of Coffee Growers of Colombia	Legal Department
8	Colombia	Adela Torres Valoy	National Union of Agro-Industry Workers	Secretary General
9	Ethiopia	Mihert Tesfaye	Ministry of Labour and Skills	Desk Head of Occupational Safety and Health
10	Ethiopia	Shekur Getahun Hussein	Ethiopian Employers' Federations (CEEF)	President
11	Ethiopia	Gadisa Desalegn	National Federation of Farm, Plantation, Fishery and Agro Industry Trade Unions	Vice-president
12	Peru	Edwin Córdova	Association of Agricultural Producers' Unions	Head of Sustainability
13	Tanzania	Uswege Faston Mwakajwanga	Occupational Safety and Health Authority	Zonal Manager – Southern Zone
14	Tanzania	Jaffari Ally Omari	Association of Tanzania Employers	Corporate Affairs Executive Officer
15	Tanzania	Frank Chalamila	Trade Union congress of Tanzania	Director of Education and Training
16	Uganda	Ambrose Ssentongo	Ministry of Gender, Labour and Social Development, Department of Occupational Safety and Health	Principal General Safety Inspector

	Country	Name	Organization	Position
17	Uganda	Geoffrey Kabi	Federation of Uganda Employers (FUE)	Regional Coordinator-Eastern Regional Office
18	Uganda	Juliet Kutyabwana	National Union of Cooperative Commercial Agricultural and Allied Workers Union (NUCCAW)	Secretary General
19	Brazil	Mônica Salmito	Brazilian Cooperation Agency (ABC)	Projects Analyst
20		Ana Catalina Ramírez	International Labour Organization (ILO) Occupational Safety and Health and Working Environment Branch (OSHE)	Specialist, Occupational Safety and Health and Working Environment
21		Schneider Guataqui Cervera	ILO CO-Andean Office	OSH National Officer, Vision Zero Fund
22		María Claudia Falcao	ILO CO-Brasilia	Programme Manager, FPRW
23		Glory Blasio Emmanuel	ILO CO-Dar es Salaam	Project Coordinator, Tanzania
24		Benedict Akansiima	ILO CO-Dar es Salaam	National Project Coordinator, CLEAR Supply Chains, Uganda
25		Fernanda Carvalho	ILO CO-Brasilia	Nossa Voz Project Coordinator
26		María Munaretto	ILO	Senior Programme and Operations Officer, Vision Zero Fund
27		Monica Lisa	International Training Centre of the ILO - ITCILO	Senior Programme Officer, Learning Innovation, ITCILO

ANEXO 3: Fotos por Delegação



BRAZIL

Alexandre Scarpelli Ferreira, Department of Occupational Safety and Health, Labour Inspection Secretariat

Fabrício Andrade, National Confederation of Industry (CNI)

Tiago Orletti, National Coffee Commission (CNA)

Dr. Rodrigo Hugueney de Amaral Melo, National Coffee Commission (CNA)

Laíssa Pollyana Carmo, National Confederation of Rural Salaried Workers (CONTAR)

Mônica Salmito Brazilian Cooperation Agency (ABC)



COLOMBIA & PERU

Yomar Andrés Benítez Álvarez, Ministry of Labour, Colombia

Ana María Salazar Bernal, National Federation of Coffee Growers of Colombia

Adela Torres Valoy National Union of Agro-Industry Workers, Colombia

Edwin Córdova, Association of Agricultural Producers' Unions, Peru

Ana Catalina Ramírez, International Labour Organization (ILO) Occupational Safety and Health and Working Environment Branch (OSHE)



ETHIOPIA

Mihert Tesfaye Ministry of Labour and Skills

Shekur Getahun Hussein Ethiopian Employers' Federations (CEEF)

Gadisa Desalegn National Federation of Farm, Plantation, Fishery and Agro Industry Trade Unions



TANZANIA

Uswege Faston Mwakajwanga, Occupational Safety and Health Authority

Frank Chalamila, Trade Union congress of Tanzania

Glory Blasio Emmanuel, ILO CO-Dar es Salaam



UGANDA

Ambrose Ssentongo, Ministry of Gender, Labour and Social Development, Department of Occupational Safety and Health

Geoffrey Kabi, Federation of Uganda Employers (FUE)

Juliet Kutyabwana, National Union of Cooperative Commercial Agricultural and Allied Workers Union (NUCCAW)

Benedict Akansiima, ILO CO-Dar es Salaam



Organizaçāo
Internacional
do Trabalho

SAFETY
+
HEALTH
FOR ALL

Vision Zero Fund is part of Safety & Health for All, an ILO flagship programme building a culture of safe, healthy work.

VISION
ZERO
FUND



Co-funded by
the European Union

ITC ILO 60
International Training Centre